

PROPOSTA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO NO ENTORNO DO CONDOMÍNIO ALPHAVILLE

Gabriel Silva Coimbra de Sá¹
Tiago Duarte Batista²
Ricardo Augusto Souza Machado³

Resumo: *O presente trabalho aborda alguns aspectos do intenso desenvolvimento da cidade de Salvador-BA, retratando as mudanças estruturais sofridas no espaço urbano, que se remodela para suprir as necessidades da crescente população. No estudo realizado, o foco foi dado à Avenida Luiz Viana (Paralela), que é hoje a principal via de crescimento urbano da cidade, onde se localizam fragmentos de Mata Atlântica primária que estão sendo suprimidos por conta da intensa expansão imobiliária, a exemplo do Condomínio Alphaville. A importância de áreas verdes, extremamente necessárias para uma boa qualidade de vida, faz com que se implementem medidas ou ações restritivas para minimizar o processo de expansão urbana e devastação da Mata Atlântica no entorno do Condomínio Alphaville, através da implementação de Unidade de Conservação, visando assim o equilíbrio entre o espaço habitado e as áreas verdes.*

Palavras-chaves: Expansão urbana; Recursos naturais; Unidades de Conservação.

INTRODUÇÃO

A área compreendida pela Avenida Luiz Viana (Paralela) vem, ao longo dos últimos 30 anos, sofrendo intensas modificações – leia-se destruição de recursos naturais – em consequência da crescente expansão urbana e populacional. Compreende-se que hoje essa avenida representa uma das únicas alternativas de crescimento na cidade de Salvador, pois é constituída por espaços que são capazes de reestruturar a cidade.

A especulação imobiliária configura-se como um dos principais fatores degradantes das áreas verdes que ainda restam ao longo de toda a avenida, o que reduz a biodiversidade local e influencia negativamente os ecossistemas, piorando a qualidade de vida em benefício de uma pequena parcela da população, conforme se destaca no trecho a seguir:

[...] o comando do processo de degradação é prerrogativa de alguns indivíduos e grupos, que os ganhos com esse processo não são uniformemente repartidos e que os impactos sociais negativos dessa degradação não incidem com a mesma intensidade sobre toda a população (SOUZA, 2000, p.96).

Por apresentar uma grande extensão ainda não urbanizada, a Avenida Paralela se tornou um atrativo para grandes empreendimentos comerciais, de serviços e imobiliários, haja vista a construção do Condomínio Alphaville (FIGURA 1), responsável por devastar uma parte do ecossistema que contém espécies endêmicas da flora (piaçava, pau-brasil, carqueja, cajueiro, caixeta, dentre outras), da fauna (anfíbios, corujas, gaviões, gatos do mato, anta, cateto,

¹ Estudante do Curso de Geografia da Universidade Católica do Salvador - UCSAL. E-mail: gabrielcoimbra09@gmail.com.

² Estudante do Curso de Geografia da Universidade Católica do Salvador - UCSAL. E-mail: spigageo@yahoo.com.br.

³ Orientador – Professor do Curso de Geografia da Universidade Católica do Salvador - UCSAL.

papagaios, etc.) e corpos hídricos (rios Jaguaribe e Passa-Vaca), interferindo diretamente no equilíbrio ambiental.



FIGURA 1 – Condomínio Alphaville e área de entorno. Fonte: CONDER 2002.

Diante dessa complexidade, a preocupação em tentar manter os remanescentes de Mata Atlântica se torna uma prioridade para melhorar a qualidade de vida. Isso faz da região do Condomínio Alphaville um interessante objeto de estudo, na tentativa de se estabelecer um melhor equilíbrio na utilização das áreas verdes que ainda restam na região do seu entorno.

A MATA ATLÂNTICA

Menor que a Floresta Amazônica, porém não menos importante, a Mata Atlântica representa uma exuberante reserva de biodiversidade, constituída por variadas espécies da fauna e da flora nativas, responsáveis pela manutenção do equilíbrio ecológico. As espécies da flora que compõem esse bioma e que vêm sendo ao longo do tempo cada vez mais exploradas e até extintas, podem ser compreendidas pelo parágrafo do documento “Dossiê Mata Atlântica”, expresso abaixo:

Mas a exploração predatória não se limitou ao pau-brasil. Outras madeiras de alto valor para a construção naval, edificações, móveis e outros usos nobres como tapinhoã, sucupira, canela, canjarana, jacarandá, araribá, pequi, jenipaparana, peroba, urucurana e vinhático, foram intensamente exploradas. Segundo relatórios da época da virada do século XIX, em Iguape, cidade do

litoral sul do estado de São Paulo, não havia mais destas árvores num raio de sessenta quilômetros de seu entorno. O mesmo se repetiu em praticamente toda a faixa de florestas costeiras do Brasil. A maioria das matas consideradas “primárias” e hoje colocadas sob a proteção das unidades de conservação, foram desfalcadas já há dois séculos (CAPOBIANCO, 2001, p.13).

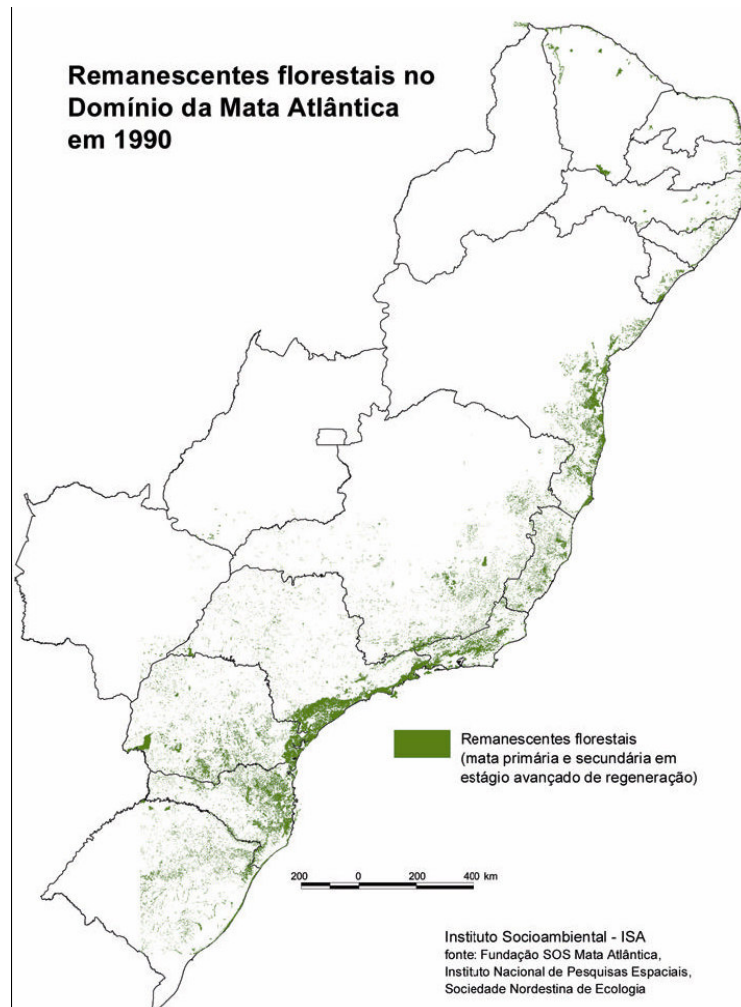


FIGURA 2 – Remanescentes florestais no Domínio da Mata Atlântica em 1990.
 Fonte: Dossiê Mata Atlântica 2001 (Capobianco, 2001).

Na natureza nada acontece ao acaso, e a extinção de espécies da flora resulta também em uma diminuição da fauna local. Como uma interfere diretamente na outra, os animais dessa área são forçados a procurar outros locais onde haja um habitat saudável para viverem. Porém, muitos animais acabam extintos, devido ao fato de não terem para onde ir, tendo em vista a escassez de áreas verdes nos centros urbanos. A riqueza da fauna nesse ambiente também é expressa no mesmo documento:

Dentro da riquíssima fauna existente na Mata Atlântica, algumas espécies possuem ampla distribuição, podendo ser encontradas em outras regiões, como

são os casos da onça pintada, onça preta, gatos-do-mato, anta, cateto, queixada, alguns papagaios, corujas, gaviões e muitos outros. O que mais impressiona, no entanto, é a enorme quantidade de espécies endêmicas, ou seja, que não podem ser encontradas em nenhum outro lugar do planeta. São os casos das 73 espécies de mamíferos, entre elas 21 espécies e subespécies de primatas e das 160 espécies de aves. Entre os anfíbios o número é ainda mais surpreendente, das 183 espécies catalogadas, 91,8% são consideradas endêmicas (CAPOBIANCO, 2001, p.14).

O mapa (FIGURA 2) representa as áreas dos remanescentes florestais no domínio da Mata Atlântica no Brasil em 1990, conforme dados divulgados pelo Dossiê Mata Atlântica 2001 (CAPOBIANCO, 2001):

CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS

A negligência com as áreas verdes urbanas foi consolidada através das primeiras construções de vias asfaltadas, possibilitando um fácil acesso a áreas anteriormente virgens, reduzindo significativamente os fragmentos de Mata Atlântica que se encontravam intactos. A importância de áreas verdes no espaço urbano é expressa no seguinte trecho do artigo de Meunier (2007):

[...] com uma diversidade de plantas que, por sua vez, se encarregam de atrair, proteger e alimentar diferentes animais, as áreas verdes urbanas são espaços privilegiados para a educação ambiental. Mesmo reduzidas e geralmente isoladas, guardam uma riqueza considerável de espécies e processos ecológicos, em plena aridez das grandes cidades (MEUNIER, 2007, p.02).

Com o crescimento da população da cidade de Salvador e sua expansão urbana, inicia-se uma intensa exploração das áreas de Mata Atlântica durante e, sobretudo, após a construção da Avenida Paralela, além das demais avenidas de vale, com a perspectiva de garantir uma melhor infra-estrutura urbana.

A construção da avenida, assim como a crescente falta de espaços no miolo urbano, fez com que os grandes empreendimentos, principalmente os imobiliários, voltassem suas atenções para esta, que é considerada uma área privilegiada. Isso ocorreu justamente por estar inserida numa extensa faixa de Mata Atlântica em bom estado de conservação, de grande beleza natural, facilmente acessada pela avenida em questão e possibilitando uma morada de qualidade para os poucos que podem pagar por isso, além de possibilitar tranquilidade e segurança à população local residente no condomínio.

Diversos fatores têm contribuído, desde meados dos anos 70, para a formação e consolidação de fenômenos de *auto-segregação* protagonizados pelas elites urbanas. Dentre esses fatores podem ser destacados: [...] 2) a deterioração das condições gerais de habitabilidade e qualidade ambiental nos bairros residenciais tradicionais, devido a congestionamentos, poluição do ar etc.; 3) a busca por uma maior “exclusividade” social; 4) a procura de novos espaços residenciais que apresentassem amenidades naturais (SOUZA, 2000, p.218).

Tais interesses e processos de ordem social acabam por acarretar um desequilíbrio, pois a área onde foi instalado o Condomínio Alphaville abrigava espécies de animais e vegetais que

atuavam como reguladores do ecossistema como um todo. Daí então surge a preocupação em tentar manter o equilíbrio e a conservação das áreas de Mata Atlântica no entorno do condomínio, visando assim minimizar o impacto já causado pela implantação do mesmo. Para isso, medidas ambientais, tais como a implementação de Unidades de Conservação, são alternativas efetivas que garantiriam o ambiente ecologicamente equilibrado, de acordo com o capítulo VI, artigo 225, da Constituição Federal do Brasil, de 1988:

Art. 225. Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

A construção desse condomínio acarretou diversas conseqüências negativas do ponto de vista ambiental. Com a retirada da vegetação local todo o ecossistema é afetado, as espécies animais terão que migrar a procura de ambientes adequados para sobreviver, o curso dos rios Jaguaribe e Passa-Vaca foram em parte soterrados e interrompidos. Dessa maneira, as espécies vegetais restantes serão insuficientes para regular o micro-clima local, acarretando um desequilíbrio na qualidade do ar e na temperatura, dentre outros tantos fatores.

A privatização de áreas públicas e a poderosa especulação imobiliária fazem da exploração da Mata Atlântica um artigo de luxo para a valorização do Condomínio Alphaville. Isso é expresso na própria propaganda retirada do site de um dos empreendimentos que lá se instalaram:

Viva em harmonia com a natureza no mais sofisticado e exclusivo endereço de Salvador. Viver em Alphaville é um privilégio. Um local que garante aos seus moradores qualidade de vida e uma valorização imobiliária que nenhum outro endereço pode oferecer. Estar em Alphaville é estar a poucos minutos do centro de Salvador, sem abrir mão do contato permanente com a rica biodiversidade da Mata Atlântica. (CARPE DIEM, 2007).

PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

A crescente preocupação em conseguir preservar os vestígios de um dos *hotspots* de biodiversidade - a Mata Atlântica - que se localiza no entorno do Alphaville, incitou a busca por alternativas eficientes que conseguissem proteger o que restou destas áreas, que apesar de quase completamente suprimidas, protegem o solo da impermeabilidade, controla a poluição atmosférica e a temperatura do ar, representando assim um precioso recurso que melhora a qualidade de vida de todos os seres vivos.

Nessa perspectiva, acredita-se que uma alternativa eficaz é a implantação da Unidade de Conservação denominada de Refúgio de Vida Silvestre, pois sendo uma unidade de Proteção Integral, garante a sobrevivência de espécies ou de populações da fauna silvestre com a finalidade de proteger biótopos únicos e melhorar as condições de habitats silvestres, podendo ser estadual ou municipal. O uso dos recursos ambientais é destinado a fins educativos, recreativos e para pesquisas científicas, assegurando áreas particulares que sejam compatíveis com os objetivos da unidade.

O Refúgio da Vida Silvestre integra o grupo de Unidades de Proteção Integral segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

O Refúgio de Vida Silvestre (RVS) tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários. A visitação pública é permitida e, tal como as outras categorias, está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. (COSTA,1998, p.32).

A implementação da unidade Refúgio de Vida Silvestre no entorno do Alphaville é uma medida extremamente necessária – devido ao grau de devastação não só ao redor do Alphaville, mas em toda a Avenida Paralela - e viável (se houver interesse) que une os domínios públicos e particulares na preservação desse *hotspot*, acabando em parte com a destruição da mata em benefício de alguns grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabendo que existe uma grande dicotomia entre crescimento e desenvolvimento, o planejamento e a gestão de uma cidade torna-se um grande desafio. Salvador, como uma capital de grande porte é prova disso, uma vez que vem sofrendo com as conseqüências do crescimento exagerado, que dificulta o desenvolvimento, fato que vem causando enormes colapsos no perímetro urbano, tanto a nível estrutural quanto ambiental. Os agentes modelares preocupados apenas em expandir seus negócios e crescer, esquecem que para haver o equilíbrio entre as alterações causadas pelo homem e os espaços naturais, é preciso se desenvolver respeitando a potencialidade de cada recurso natural.

A construção de empreendimentos como o Condomínio Alphaville vem, sobretudo, reforçar o poder de alguns grupos/classes sobre o patrimônio ambiental, neste caso, a Mata Atlântica. Assim, as intenções deste trabalho são de salientar a forma como as áreas verdes vêm se dizimando no perímetro urbano, sugerir maiores restrições para empreendimentos desse nível em locais de mata nativa e que os órgãos públicos, privados e a sociedade busquem conscientização, criando mecanismos eficientes que fiscalizem e proíbam as interferências antrópicas nessas escalas, através de medidas, como a implantação de Unidades de Conservação, fazendo cumprir fielmente a legislação ambiental.

Sabendo-se que essas transformações ocorridas no espaço urbano repercutem na qualidade de vida da população, a estratégia do trabalho é desenvolver o pensamento ecológico na tentativa de proporcionar uma alternativa (Refúgio de Vida Silvestre) que estabeleça formas conscientes de utilização dos recursos naturais, demonstrando a importância do equilíbrio ambiental para a manutenção da biodiversidade nesse processo de estruturação, ou reestruturação urbana.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 1988. Capítulo VI, artigo 225. Constituição Federal do Brasil, de 1988. República Federativa do Brasil.

CAPOBIANCO, João Paulo R. (org.). *Dossiê Mata Atlântica*. São Paulo: Realização SNE; Instituto Sócio Ambiental e Rede de ONGs Mata Atlântica, 2001.

CARPE DIEM. Imagem do Residencial Alphaville Carpe Diem. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?referrerid=39159&t=408189>>. Acesso em 29 Mai. 2007.

CARPE DIEM. Propaganda do Residencial Alphaville Carpe Diem. Disponível em: <<http://www.residencialcarpediem.com.br/#ENTRAR>>. Acesso em 29 Mai. 2007.

CENARGEM – EMBRAPA. Cartilha. *Recursos Florestais da Mata Atlântica: A exploração e utilização dos recursos, seus impactos socioeconômicos atuais e potencialidades de manejo sustentável*. São Paulo: CENARGEM, 1999.

CONDER. Sistema de Informações Geográficas urbanas do Estado da Bahia. Disponível em: <<http://www.informs.conder.ba.gov.br/>> Acesso em 29 de Mai. 2007.

CORRÊA, F. *A Reserva da Biosfera da Mata Atlântica: Roteiro para o Entendimento de seus Objetivos e seu Sistema de Gestão*. São Paulo: CENARGEM, 1995.

GUERRA, A. e CUNHA, S. *Impactos Ambientais Urbanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2001.

MEUNIER, I. *Por que as áreas verdes são tão importantes para uma cidade?* 2007. Apostila da disciplina Gestão de Unidade de Conservação (UCSAL).

RYLANDS, A. e BRANDON, K. *Unidades de conservação brasileiras*. Megadiversidade: Volume I, 2005.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei Nº 9.985, de julho de 2000.

SOUZA, M. *O Desafio Metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2000.